

Nível de atividade

Tabela 1.1 – Índice de volume de vendas

Discriminação	Variação percentual			
	2015			
	Abr	Mai	Jun	Jul
No mês^{1/}				
Comércio varejista	-0,6	-0,9	-0,5	-1,0
Combustíveis e lubrificantes	-0,1	-0,3	-0,7	-0,4
Hiper, supermercados, prod. alimentícios	1,7	-1,0	-0,4	-1,0
Tecidos, vestuário e calçados	-3,3	1,9	-1,1	-1,0
Móveis e eletrodomésticos	-2,8	-1,9	-1,2	-1,7
Artigos farmacêuticos, médicos	-0,2	-0,5	-0,1	-1,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,4	-2,3	-0,4	-1,3
Equipamentos e materiais para escritório	-10,4	2,8	-2,1	-5,5
Outros artigos de uso pessoal	-4,3	1,0	-0,4	0,0
Comércio ampliado	-0,4	-1,8	-0,7	0,6
Materiais de construção	-1,2	-5,8	5,3	-2,4
Veículos, motos, partes e peças	3,5	-4,6	-2,4	5,1
Trimestre/trimestre anterior^{1/}				
Comércio varejista	-2,4	-2,2	-2,3	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	-4,2	-1,3	-0,4	-0,1
Hiper, supermercados, prod. alimentícios	-1,2	-1,6	-0,7	-1,2
Tecidos, vestuário e calçados	-5,1	-3,6	-3,9	-2,0
Móveis e eletrodomésticos	-7,9	-6,6	-7,2	-6,1
Artigos farmacêuticos, médicos	0,8	1,0	0,0	-0,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,7	-3,7	-3,7	-4,1
Equipamentos e materiais para escritório	-1,7	-4,7	-10,5	-7,7
Outros artigos de uso pessoal	-1,2	-1,6	-3,2	-2,2
Comércio ampliado	-4,4	-3,6	-3,4	-2,9
Materiais de construção	-2,4	-4,3	-4,0	-4,2
Veículos, motos, partes e peças	-10,3	-7,2	-5,1	-4,0
No ano				
Comércio varejista	-1,4	-2,0	-2,2	-2,4
Combustíveis e lubrificantes	-3,5	-3,7	-3,2	-3,3
Hiper, supermercados, prod. alimentícios	-1,5	-1,6	-1,8	-1,8
Tecidos, vestuário e calçados	-4,2	-5,1	-5,0	-5,5
Móveis e eletrodomésticos	-8,8	-10,9	-11,3	-11,5
Artigos farmacêuticos, médicos	5,9	5,0	5,1	4,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-8,0	-8,6	-8,3	-8,4
Equipamentos e materiais para escritório	13,4	10,5	10,0	7,9
Outros artigos de uso pessoal	5,6	4,4	3,9	3,4
Comércio ampliado	-6,0	-7,0	-6,4	-6,5
Materiais de construção	-4,3	-5,7	-4,7	-5,0
Veículos, motos, partes e peças	-15,9	-17,2	-15,7	-15,3

Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Brasil segue sob influência do ajuste macroeconômico em curso no país. Esse processo apresenta três componentes - monetário, externo e fiscal - e é necessário e essencial para a consolidação de fundamentos que favoreçam a convergência da inflação para a meta no final de 2016, através da redução de desequilíbrios macroeconômicos. Os seus efeitos tendem a ser ampliados pelo ambiente associado a eventos não econômicos. Nesse contexto, o PIB recuou, na margem, 1,9% no segundo trimestre de 2015, dados dessazonalizados.

Ressalte-se que a análise da evolução do PIB sob a ótica da demanda evidencia tanto contração do consumo das famílias e dos investimentos, em ambiente de retrações importantes nos indicadores de confiança de consumidores e empresários, quanto a maior contribuição do componente externo da demanda, compatível com o cenário de retração na renda disponível interna e de depreciação da moeda brasileira.

Estatísticas mais recentes, a exemplo da produção industrial de julho e dos indicadores coincidentes de vendas do comércio em julho e agosto, assim como os indicativos de manutenção da taxa básica de juros no atual patamar, indicam continuidade da moderação da atividade doméstica no curto prazo, mas já mostram sinal de melhora das contas externas.

1.1 Comércio

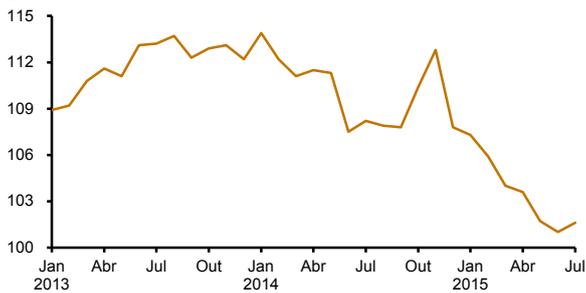
As vendas do comércio ampliado recuaram 2,9% no trimestre finalizado em julho, em relação ao terminado em abril, quando decresceram 4,4%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve reduções nas vendas em todos os segmentos pesquisados com ênfase em equipamentos e materiais para escritório, 7,7%; móveis e eletrodomésticos, 6,1% e materiais de construção, 4,2%.

As vendas do comércio varejista¹ recuaram 2,3% no trimestre. Ocorreram retrações em todas as regiões do país,

1/ Conceito que exclui do comércio ampliado os segmentos veículos e motos, partes e peças, e material de construção.

Gráfico 1.1 – Índice de volume de vendas no varejo – Conceito ampliado

Dados dessazonalizados
2011 = 100



Fonte: IBGE

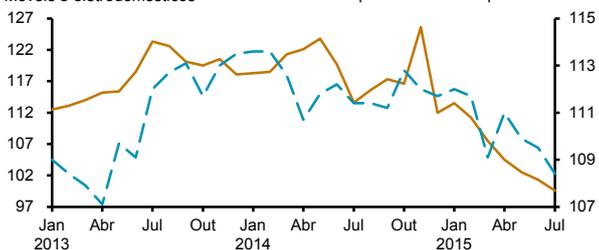
Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo – Segmentos selecionados

Dados dessazonalizados

2011 = 100

Móveis e eletrodomésticos

Hipermercados e supermercados

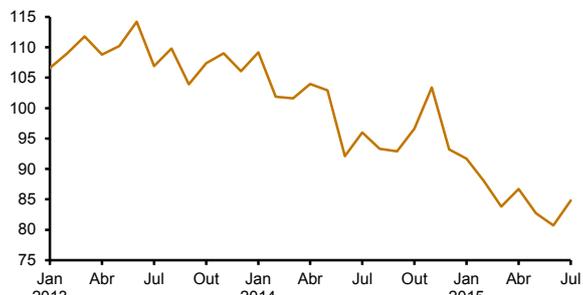


Fonte: IBGE

Gráfico 1.3 – Índice de volume de vendas no varejo – Veículos e motos, partes e peças

Dados dessazonalizados

2011 = 100

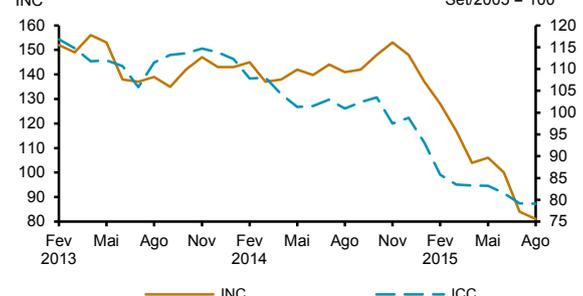


Fonte: IBGE

Gráfico 1.4 – Índice Nacional de Confiança (INC/ACSP) e Índice de Confiança do Consumidor (ICC/FGV)

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fontes: ACSP/IPROS e FGV

com ênfase nas registradas no Nordeste (2,5%) e no Norte (2,4%).

Indicadores coincidentes sinalizam a continuidade de desempenhos desfavoráveis para a atividade do comércio. Nesse sentido, as vendas reais do setor supermercadista, segmento com peso aproximado de 30% na PMC, recuaram 0,6% no trimestre finalizado em julho, em relação ao encerrado em abril, quando haviam retraído 1,3%, segundo dados dessazonalizados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). As vendas de automóveis e comerciais leves, divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), decresceram 7,1% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando haviam recuado 13,9%.

No mesmo sentido, o índice Serasa Experian de Atividade do Comércio – de abrangência nacional, construído a partir de consultas mensais realizadas pelos estabelecimentos comerciais aos cadastros da Serasa – recuou 1,1% no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, quando havia apontado elevação de 1,9%, neste tipo de comparação.

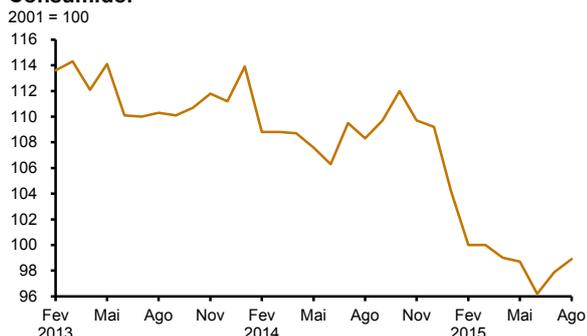
A inadimplência permanece crescente quando considerados iguais períodos de 2015 e do ano anterior. Nesse sentido, o indicador calculado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), para o estado de São Paulo, atingiu 7,0% no trimestre encerrado em agosto, ante 6,4% em igual período de 2014, e o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor² cresceu 19,9%, na mesma base de comparação.

Os indicadores de confiança do consumidor seguem em patamares baixos. Nesse contexto, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getulio Vargas (FGV), recuou 2,8% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, quando decrescera 6,6%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Ocorreram retrações de 8,2% no Índice da Situação Atual (ISA) e de 0,6% no Índice de Expectativas (IE).

O Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela Ipsos Public Affairs para a ACSP, apresentou redução mensal de 3,6% em agosto, atingindo o menor nível da série. Houve reduções em quase todas as regiões: Norte/Centro-Oeste, 14,4%; Sudeste, 8,4% e Nordeste, 6,5%. A exceção ficou com a região Sul que mostrou elevação de 13,4% no período,

2/ Inclui os atrasos junto a financeiras, cartões de crédito, empresas não financeiras e bancos, além de títulos protestados e segunda devolução de cheques por insuficiência de fundos.

Gráfico 1.5 – Índice Nacional de Expectativa do Consumidor



Fonte: CNI

Tabela 1.2 – Produção industrial

Trimestre/trimestre anterior^{1/}

Discriminação	2015				%
	Abr	Mai	Jun	Jul	
Indústria geral	-2,7	-2,4	-2,4	-1,9	
Por seção					
Indústria extrativa	2,2	1,4	0,7	-0,7	
Indústria de transformação	-2,9	-2,4	-2,7	-2,0	
Por categoria de uso					
Bens de capital	-8,3	-6,9	-9,8	-7,7	
Bens intermediários	-1,0	-1,2	-1,5	-1,9	
Bens de consumo	-4,1	-3,3	-2,5	-1,2	
Duráveis	-7,0	-6,2	-7,8	-6,0	
Semi e não duráveis	-2,7	-2,4	-1,6	-0,6	

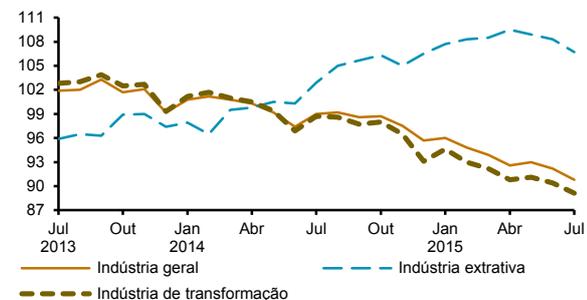
Fonte: IBGE

1/ Dados dessazonalizados.

Gráfico 1.6 – Produção industrial^{1/}

Indústria geral e seções

2012 = 100



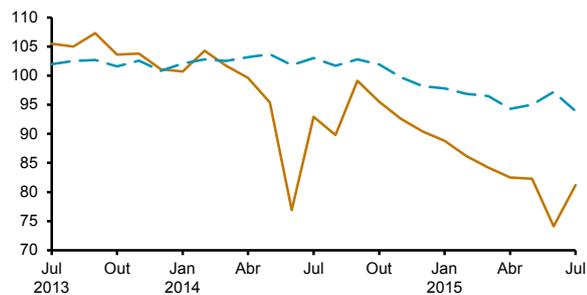
Fonte: IBGE

1/ Séries com ajuste sazonal.

Gráfico 1.7 – Produção industrial^{1/}

Bens de consumo

2012 = 100



Fonte: IBGE

1/ Séries com ajuste sazonal.

após queda de 33% em julho. O indicador nacional recuou 42,6% em relação a agosto de 2014.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aumentou 1,0% em agosto, segunda elevação mensal consecutiva, mas situou-se em patamar 8,7% inferior ao de agosto de 2014. Ressalte-se que o indicador segue registrando expectativas desfavoráveis em relação à evolução do desemprego.

O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) da FGV, que avalia a confiança dos empresários do setor, recuou 3,4% no trimestre finalizado em agosto, em relação ao terminado em maio, atingindo o menor nível da série histórica, de acordo com dados dessazonalizados. Houve contrações de 8,4% no ISA-COM e de 0,7% no IE-COM.

1.2 Produção

A produção física da indústria recuou 1,9% no trimestre finalizado em julho, relativamente ao encerrado em abril, quando havia decrescido 2,7%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. A produção da indústria extrativa apresentou queda de 0,7% e a da transformação recuou 2%, reflexo de retrações em 14 das 23 atividades pesquisadas, com destaque para as assinaladas em equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, 13,2%; máquinas e equipamentos, 9,3%; e têxteis, 8,6%. Em sentido oposto, sobressaíram os aumentos nas indústrias de fumo (21,1%), celulose, papel e produtos de papel (2,8%) e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (1,8%).

A análise por categorias de uso mostra recuos trimestrais nas indústrias de bens de capital (7,7%), bens de consumo duráveis (6%), bens intermediários (1,9%), e bens de consumo semi e não duráveis (0,6%).

O número de pessoal ocupado assalariado e a folha de pagamento real da indústria recuaram 2,7% e 4,1%, respectivamente, no trimestre finalizado em julho, em relação ao encerrado em abril, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Emprego e Salário (Pimes) do IBGE.

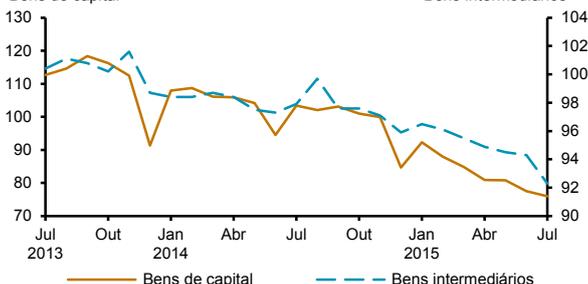
O nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) da indústria de transformação registrou média de 78,0% no trimestre finalizado em agosto, de acordo com dados dessazonalizados da Sondagem da Indústria da FGV. A

Gráfico 1.8 – Produção industrial^{1/}

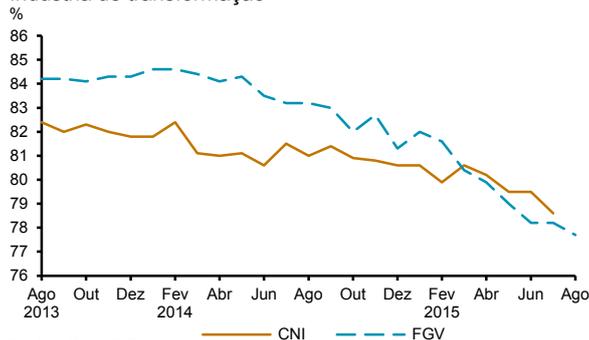
Bens de capital e intermediários

2012 = 100

Bens de capital

Fonte: IBGE
1/ Séries com ajuste sazonal.**Gráfico 1.9 – Utilização da capacidade instalada^{1/}**

Indústria de transformação

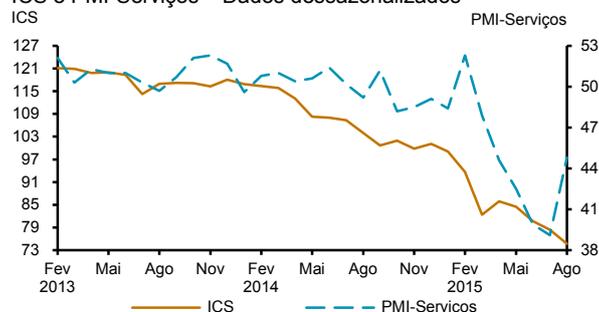
Fontes: CNI e FGV
1/ Séries com ajuste sazonal.**Tabela 1.3 – Receita nominal de serviços**

Discriminação	Trimestre ante mesmo trimestre do ano anterior (%)			
	2015			
	Abr	Mai	Jun	Jul
Total	2,9	2,9	1,6	1,7
Serviços prestados às famílias	3,4	0,8	-0,1	0,4
Serviços de informação e comunicação	1,2	0,7	-0,9	-0,6
Serviços profissionais, administrativos e complementares	6,4	6,9	6,0	5,0
Transportes, serviços auxiliares do transporte e correios	2,8	3,5	2,1	2,6
Outros serviços	0,8	1,0	-0,6	-0,1

Fonte: IBGE

Gráfico 1.10 – Indicadores de confiança no setor de serviços

ICS e PMI-Serviços – Dados dessazonalizados



Fontes: FGV e Markit

redução de 1,7 p.p. em relação ao trimestre terminado em maio repercutiu recuos nas indústrias de bens de capital (5,4 p.p.), bens de consumo duráveis (3,8 p.p.), bens de consumo não duráveis (1,8 p.p.) e de bens intermediários (0,2 p.p.).

O índice de estoques da indústria, calculado pela FGV, aumentou 4,5 pontos no trimestre encerrado em agosto, em relação ao finalizado em maio, atingindo o patamar médio de 117,5 pontos³, considerados dados dessazonalizados. O resultado refletiu variações nas indústrias de bens de capital (22,5 pontos), bens de consumo duráveis (6,2 pontos), bens intermediários (4,1 pontos) e bens de consumo não duráveis (-2,9 pontos).

O Índice de Confiança da Indústria⁴ (ICI) recuou para 68 pontos em agosto, segundo dados dessazonalizados da FGV, menor patamar da série iniciada em abril de 1995. O ICI médio do trimestre encerrado em agosto atingiu 68,4 pontos, ressaltando-se que o recuo de 4,9 pontos em relação à média do trimestre até maio evidenciou as retrações observadas nas indústrias de bens de capital (8,2 pontos), bens de consumo duráveis (7,9 pontos), bens intermediários (2,2 pontos) e de bens de consumo não duráveis (1,1 ponto).

O Índice de Gerentes de Compras⁵ (PMI) da indústria atingiu 45,8 pontos em agosto, considerada a série dessazonalizada pela Markit, sinalizando continuidade do desempenho moderado da atividade industrial.

Serviços

A receita nominal do setor de serviços cresceu 1,7% no trimestre finalizado em julho de 2015, em relação a igual período de 2014, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo IBGE. Três dos cinco segmentos pesquisados mostraram crescimento nessa base de comparação com destaque para serviços profissionais, administrativos e complementares (5,0%) e serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (2,6%). O pior desempenho no período ocorreu em serviços de informação e comunicação (-0,6%).

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) apresentou recuo trimestral de 7,5% em agosto, com reduções de 12,3% no ISA-S e de 4,5% no IE-S, dados dessazonalizados. Ressalte-se que os indicadores relativos a seis, das sete atividades pesquisadas, atingiram o menor patamar da série, iniciada em junho de 2008.

3/ Complemento de 200 pontos do índice original divulgado pela FGV. Valores acima de 100 pontos indicam estoques acima do planejado.

4/ Valores acima de 100 pontos indicam sentimento de otimismo.

5/ O PMI sintetiza a evolução mensal dos indicadores de novos pedidos, produção, emprego, prazo de entrega e estoque de insumos. Valores superiores a 50 representam expansão mensal da atividade.

Gráfico 1.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Dados dessazonalizados

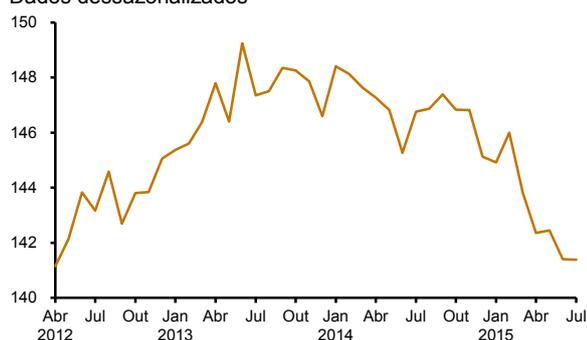


Gráfico 1.12 – Taxa de desemprego aberto

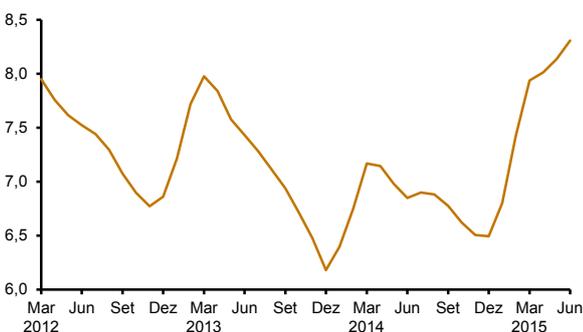
Dessazonalizado



Fonte: IBGE (PME)

Gráfico 1.13 – Taxa de desemprego aberto

%



Fonte: IBGE (PNADC)

Tabela 1.4 – Evolução do emprego formal

Discriminação	Novos postos de trabalho (em mil)			
	2014		2015	
	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}	Trim ^{2/}	Ano ^{3/}
Total	96,0	504,9	-384,7	-547,4
Indústria de transformação	-72,5	20,0	-189,5	-228,6
Comércio	-6,9	-75,4	-79,5	-225,8
Serviços	81,9	356,2	-129,7	-38,4
Construção civil	-6,7	58,5	-75,9	-152,7
Agropecuária	94,9	113,5	97,5	99,6
Serviços ind. de util. pública	0,4	4,8	-2,2	-1,8
Outros ^{1/}	4,9	27,3	-5,3	0,3

Fonte: MTE

1/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

2/ Trimestre encerrado em julho.

3/ Acumulado no ano até julho.

O PMI-Serviços para a atividade negócios após atingir 39,1 pontos em julho, menor patamar da série iniciada em março de 2007, mostrou recuperação em agosto, apesar de continuar mostrando retração em relação ao mês anterior, 44,8 pontos (49,2 pontos em agosto de 2014).

Índice de atividade do Banco Central

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br) recuou 1,61% no trimestre encerrado em julho, em relação ao finalizado em abril, quando havia decrescido 1,07%, nesse tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados. Consideradas variações interanuais, o indicador retraiu 4,25% em julho após quedas de 1,34% em junho e 4,54% em maio.

1.3 Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego, consideradas as seis regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE, atingiu 7,0% no trimestre encerrado em julho (4,9% em igual período de 2014). Em termos dessazonalizados, a taxa de desemprego totalizou 6,8% no período (5,9% no trimestre encerrado em abril), resultado de variações de -0,2% na população ocupada e de 0,7% na população economicamente ativa.

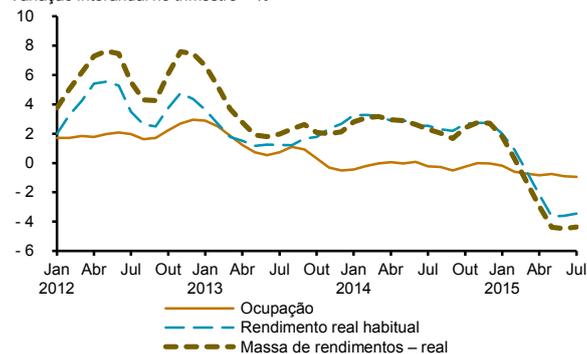
A taxa de desemprego, considerada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE, de âmbito nacional, atingiu 8,3% no segundo trimestre de 2015 (7,9% no anterior e 6,8% em igual trimestre de 2014). O nível de ocupação – relação entre população ocupada e população em idade ativa – atingiu 56,2%, 56,2% e 56,9%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A economia do país eliminou 384,7 mil postos de trabalho no trimestre encerrado em julho de 2015 (criação de 96,0 mil em igual período de 2014), segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Destacaram-se os cortes de vagas na indústria de transformação (189,5 mil) e no setor de serviços (129,7 mil), segmentos responsáveis, no mesmo período de 2014, por variações líquidas de -72,5 mil e 81,9 mil postos, respectivamente. Foram extintos 547,4 mil postos de trabalho formais nos sete primeiros meses do ano.

O rendimento médio real habitualmente recebido do trabalho principal recuou 3,4% no trimestre encerrado em julho, em relação a igual período de 2014, segundo a PME. Destacaram-se as reduções na construção civil, 7,0%; no

Gráfico 1.14 – Ocupação, rendimento e massa

Variação interanual no trimestre – %



Fonte: IBGE

Tabela 1.5 – Produto Interno Bruto

Trimestre ante mesmo trimestre do ano anterior

Discriminação	Variação %				
	2014			2015	
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
Agropecuária	-1,5	-1,4	1,2	4,0	1,8
Indústria	-3,6	-1,9	-1,9	-3,0	-5,2
Extrativa mineral	7,6	11,1	9,7	12,8	8,1
Transformação	-6,3	-4,0	-5,4	-7,0	-8,3
Construção civil	-5,6	-5,3	-2,3	-2,9	-8,2
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-4,7	-6,5	-5,9	-12,0	-4,7
Serviços	-0,2	0,3	0,4	-1,2	-1,4
Comércio	-3,6	-2,8	-2,9	-6,0	-7,2
Transporte, armazenagem e correio	-0,5	1,4	0,8	-3,6	-6,0
Serviços de informação	4,6	5,1	1,9	2,9	0,5
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	-0,6	-1,6	1,3	-0,4	0,4
Outros serviços	-1,2	0,3	1,1	-0,6	-1,9
Atividades imobiliárias e aluguel	3,0	3,2	3,0	2,8	2,8
Administração, saúde e educação públicas	0,5	0,3	-0,1	-1,4	0,6
Valor adic. a preços básicos	-1,1	-0,4	-0,2	-1,2	-2,1
Impostos sobre produtos	-1,8	-1,5	-0,6	-3,5	-5,7
PIB a preços de mercado	-1,2	-0,6	-0,2	-1,6	-2,6
Consumo das famílias	0,2	0,1	1,3	-0,9	-2,7
Consumo do governo	1,5	1,6	-0,2	-1,5	-1,1
Formação Bruta de					
Capital Fixo	-7,9	-6,4	-5,8	-7,8	-11,9
Exportação	-0,2	4,6	-10,7	3,2	7,5
Importação	-2,7	1,6	-4,4	-4,7	-11,7

Fonte: IBGE

comércio, 5,4%; e no setor de serviços, 5,3%. A massa salarial real, produto do rendimento médio habitual pelo número de ocupados, recuou 4,4% no período.

1.4 PIB

O PIB, repercutindo o processo de ajuste em curso na economia do país, recuou 1,9% no segundo trimestre de 2015, em relação ao primeiro, de acordo com dados dessazonalizados do IBGE. No âmbito da oferta, houve retrações na atividade agropecuária (2,7%), industrial (4,3%) e do setor de serviços (0,7%). O resultado do setor industrial refletiu, em especial, as retrações de 3,7% na indústria de transformação e de 8,4% na construção civil.

Sob a ótica da demanda, destacaram-se os recuos no consumo das famílias, 2,1%, maior redução desde o terceiro trimestre de 2001, e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), 8,1%. As exportações e as importações variaram 3,4% e -8,8%, respectivamente, no período.

O PIB recuou 2,6% em relação ao segundo trimestre de 2014, resultado de variações, segundo a ótica da produção, de 1,8% na agropecuária, -1,4% no setor de serviços e de -5,2% na indústria. O desempenho negativo do setor secundário repercutiu recuos na produção e distribuição de eletricidade, gás e água (4,7%), na construção civil (8,2%) e na indústria de transformação (8,3%), mitigado pela expansão de 8,1% na indústria extrativa. No setor terciário, destacaram-se as quedas nas atividades comércio (7,2%) e transporte, armazenagem e correio (6,0%), e o aumento de 2,8% na atividade imobiliárias e aluguel.

No âmbito da demanda agregada, o componente interno contribuiu com -5,1 p.p. para o crescimento interanual do PIB (-1,6 p.p. no trimestre encerrado em junho de 2014), resultado de retrações no consumo do governo (1,1%), no consumo das famílias (2,7%) e na FBCF (11,9%). O setor externo, traduzindo variações respectivas de 7,5% e -11,7% nas exportações e nas importações, contribuiu com 2,5 p.p. no período.

1.5 Investimentos

Os investimentos, excluindo variações de estoques, diminuíram 11,9% no segundo trimestre de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. Na margem, considerados dados dessazonalizados, a FBCF recuou 8,1% em relação ao

Tabela 1.6 – Produto Interno Bruto

Trimestre ante trimestre imediatamente anterior

Dados dessazonalizados

Discriminação	Variação %				
	2014			2015	
	II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
PIB a preços de mercado	-1,1	0,1	0,0	-0,7	-1,9
Agropecuária	-1,2	-1,7	1,6	4,8	-2,7
Indústria	-2,5	0,5	-0,4	-0,7	-4,3
Serviços	-0,6	0,3	0,0	-0,9	-0,7
Consumo das famílias	-0,4	0,2	0,8	-1,5	-2,1
Consumo do governo	0,4	0,7	-0,9	-1,5	0,7
Formação Bruta de					
Capital Fixo	-2,8	-0,5	-1,8	-2,4	-8,1
Exportação	-0,3	3,0	-13,3	16,2	3,4
Importação	-2,3	1,5	-5,0	0,9	-8,8

Fonte: IBGE

Tabela 1.7 – Produção industrial

Trimestre ante mesmo trimestre do ano anterior (%)

Discriminação	2015			
	Mar	Abr	Mai	Jun
Insumos da construção civil	-8,3	-8,9	-9,6	-11,0
Bens de capital	-17,7	-20,0	-19,9	-21,9
Tipicamente industrializados	0,6	-0,4	-4,4	-6,5
Agrícolas	-20,5	-18,6	-16,2	-19,8
Peças agrícolas	-22,8	-18,2	-14,4	-19,2
Construção	-24,2	-27,6	-33,2	-41,4
Energia elétrica	-7,9	-12,0	-16,8	-21,6
Equipamentos de transporte	-24,7	-27,4	-26,3	-26,8
Misto	-17,4	-21,5	-20,7	-22,0

Fonte: IBGE

primeiro trimestre do ano, oitava retração consecutiva nessa base de comparação, acumulando decréscimo de 17,8% desde o segundo trimestre de 2013.

A absorção de bens de capital contraiu 13,5% no segundo trimestre do ano, relativamente a igual período de 2014, resultado de reduções respectivas de 21,9%, 22,9% e 6,3% na produção, importação e exportação desses bens. O recuo na produção de bens de capital refletiu, em especial, o desempenho negativo nas categorias de bens destinados às áreas de construção, de equipamentos de transporte e de uso misto. A produção de insumos típicos da construção civil diminuiu 11,0% no período.

Os desembolsos do sistema Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somaram R\$35,5 bilhões no segundo trimestre de 2015. O recuo de 12,1% em relação a igual período de 2014 refletiu a redução de 20,0% nos recursos destinados a comércio e serviços, mitigada pelos crescimentos dos recursos destinados a indústria de transformação (1,0%), agropecuária (12,7%) e indústria extrativa (5,6%). Esses representaram 61,4%, 26,2%, 10,9% e 1,5%, respectivamente, do total dos desembolsos no período.

1.6 Conclusão

A trajetória da atividade econômica interna segue repercutindo o impacto, sobre os mercados de trabalho e de crédito, do ajuste macroeconômico em curso no país. O componente externo da demanda agregada, em cenário de alteração de patamar da taxa de câmbio, tem contribuído positivamente para o desempenho da economia.

Deve-se ter em perspectiva que a recente reclassificação da dívida soberana brasileira por uma das principais agências de rating, afetando expectativas no curto prazo e custos no médio e longo prazos, implica custos maiores para os agentes econômicos e acrescenta prêmios de riscos que tornam mais lenta a recuperação da confiança e, conseqüentemente, a retomada de atividade. Nesse contexto, a continuidade dos ajustes macroeconômicos em curso e a implementação tempestiva de seu componente fiscal, para reduzir incertezas e prêmios de riscos, tornam-se essenciais para fortalecer fundamentos econômicos e gerar condições adequadas à recuperação da confiança dos consumidores e empresários para a recuperação da atividade.

Contribuição de índices de confiança do consumidor para previsão de indicadores de consumo

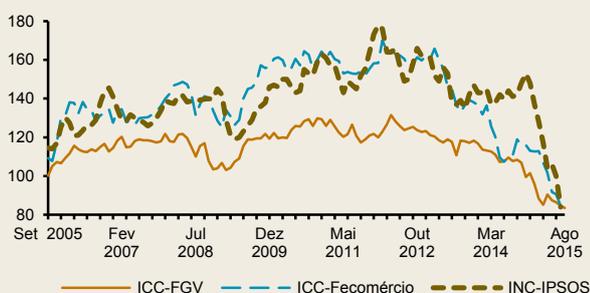
Índices de confiança são considerados, com frequência, indicadores antecedentes da atividade econômica. Nesse sentido, a evolução dos índices de confiança do consumidor, que captam a percepção dos indivíduos a respeito da situação econômica atual e futura, poderia auxiliar na previsão do consumo das famílias e das vendas ao comércio.

No Brasil, diversos indicadores de confiança do consumidor atingiram os menores valores históricos nos últimos meses (Gráfico 1), trajetória consistente com a retração do consumo das famílias e das vendas ao varejo nos dois primeiros trimestres do ano.

A correlação entre índices de confiança do consumidor e indicadores de consumo não é elevada no país, variando de 0,00 a 0,50, de acordo com o indicador considerado, o que, a princípio, reduz a efetividade de índices de confiança como antecedentes de consumo. Nesse sentido, vale mencionar que, de acordo com a teoria da renda permanente, valores passados da confiança (ou de qualquer outra variável) não deveriam ajudar a prever a trajetória futura do consumo (o que está de acordo com a baixa correlação entre as séries)¹. Contudo, distorções na economia real, tais como restrições ao crédito, poderiam comprometer a validade dessa hipótese, tornando útil o uso de indicadores de confiança para a previsão do consumo (mesmo na ausência de forte correlação entre os indicadores)².

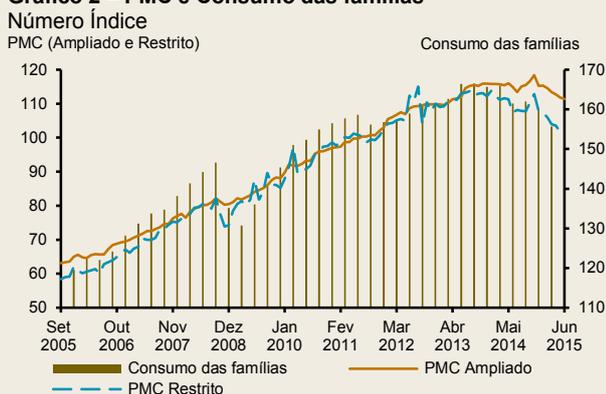
Nesse cenário, o objetivo deste box é investigar se os índices de confiança do consumidor disponíveis para o Brasil podem contribuir para melhorar as projeções das vendas no comércio, calculados pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia

Gráfico 1 - Índices de confiança do consumidor
Número Índice



Fonte: FGV, Fecomércio SP e ACSP/Ipsos

Gráfico 2 – PMC e Consumo das famílias



Fonte: IBGE

1/ Ver Berry & Davey (2014)

2/ Ainda mais se considerado que valores contemporâneos dos índices de confiança estão disponíveis antes das estatísticas de consumo.

3/ Trabalho semelhante foi realizado no box "Avaliando o Poder Preditivo de Curto Prazo dos Índices de Confiança", de dezembro de 2013. No entanto, no referido trabalho, apenas o poder preditivo do índice de confiança do consumidor da FGV (além de seus componentes) foi testado. O tamanho da amostra disponível para a realização dos testes também era menor, o que explica, além de diferenças metodológicas, os diferentes resultados obtidos.

e Estatística (IBGE); e do consumo das famílias no Produto Interno Bruto (PIB) (Gráfico 2)³.

A metodologia utilizada consistiu na comparação do poder preditivo de um modelo autoregressivo univariado⁴ com o poder preditivo de um modelo semelhante, contendo, também, um índice de confiança do consumidor como variável explicativa. As estimações foram obtidas usando janelas móveis crescentes e a escolha do modelo se baseou em um critério de informação bayesiano⁵.

A partir de previsões contemporâneas e um passo à frente, foram obtidos os erros percentuais absolutos médios das projeções de cada especificação⁶ e, em seguida, computada a estatística de Diebold e Mariano (1995)⁷ para testar a capacidade preditiva dos modelos.

Foram testados, em termos de poder preditivo, os índices de confiança do consumidor calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cuja série tem início em setembro de 2005 e possui como componentes o Indicador de Situação Atual (ISA-FGV) e o Índice de Expectativas (IE-FGV); pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio SP), com dados a partir de junho de 1994, composto pelos componentes Índice das Condições Econômicas Atuais (ICEA) e Índice das Expectativas do Consumidor (IEC); e pelo Índice Nacional de Confiança – INC (Associação Comercial de São Paulo – ACSP/Ipsos)⁸. A evolução dos componentes dos indicadores da FGV e da Fecomércio encontram-se nos Gráficos 3 e 4.

Os resultados obtidos com os testes de Diebold e Mariano (1995) para cada um dos índices de confiança encontram-se na Tabela 1. Há evidências de que o índice de confiança do consumidor da Fecomércio melhora as previsões contemporâneas da PMC restrita, assim como o verificado com o uso de seu componente de situação

Gráfico 3 - Índices de situação atual
Número Índice



Fonte: FGV, Fecomércio SP

Gráfico 4 - Índices de expectativas
Número Índice



Fonte: FGV, Fecomércio SP

4/ Modelos univariados mensais com início em janeiro de 2003 foram estimados para captar a variação da PMC restrita e ampliada, enquanto modelos univariados trimestrais buscaram explicar a variação do consumo das famílias a partir do primeiro trimestre de 1996.

5/ Todos os modelos foram estimados com as variáveis dependentes e explicativas em primeiras diferenças. A constante foi preservada em todos os modelos. Nos modelos trimestrais com variáveis explicativas, utilizou-se a média trimestral dos índices de confiança como variáveis explicativas. Importante notar que o uso de diferentes especificações pode levar a resultados distintos dos apresentados por este box.

6/ Os erros percentuais absolutos médios foram computados a partir de meados de 2010, o que garantiu que todos os modelos mensais tivessem ao menos 50 observações e que todos os modelos trimestrais contassem com, no mínimo, 20 observações.

7/ A estatística foi calculada levando em consideração o critério de Newey-West, que busca corrigir a correlação entre os resíduos do modelo.

8/ Os índices e seus componentes foram dessazonalizados pelo método X-12 ARIMA. Os índices de confiança da FGV são divulgados dessazonalizados.

atual (ICEA). Observa-se, também, que a inclusão do componente de situação atual da FGV (ISA-FGV) nos modelos univariados ajuda reduzir os erros de projeções contemporâneas do consumo das famílias no PIB.

A Tabela 1 mostra, ainda, que previsões um passo à frente para a PMC restrita podem melhorar se utilizadas as informações contidas no índice de confiança da Fecomércio e em seu componente de expectativas (IEC).

Tabela 1 – Resultados dos testes de capacidade preditiva^{1/}

	PMC Restrita	PMC Ampliada	Consumo das famílias
Previsão contemporânea			
FGV			
ICC	-	-	-
ISA	-	-	XX
IE	-	-	-
Fecomércio			
ICC	X	-	-
ICEA	X	-	-
IEC	-	-	-
IPSOS			
INC	-	-	-
Previsão 1 passo a frente			
FGV			
ICC	-	-	-
ISA	-	-	-
IE	-	-	-
Fecomércio			
ICC	XX	-	-
ICEA	-	-	-
IEC	XX	-	-
IPSOS			
INC	-	-	-

^{1/} **X** indica diferença significativa ao nível de 10%; **XX** indica diferença significativa ao nível de 5% e "-" indica ausência de significância a 10%

Conclui-se, em resumo, que índices de confiança do consumidor podem contribuir para melhorar a previsão de indicadores de consumo apesar da baixa correlação entre as séries. O índice de confiança da Fecomércio SP, por exemplo, contribuiu para reduzir de maneira estatisticamente significativa os erros percentuais absolutos médios das previsões contemporâneas e um passo à frente da PMC restrita, enquanto o componente de situação atual do índice de confiança da FGV melhora

as projeções contemporâneas do consumo das famílias no PIB. Estes resultados sugerem que a recuperação do consumo deverá vir atrelada à retomada da confiança do consumidor, dentre outros fatores.

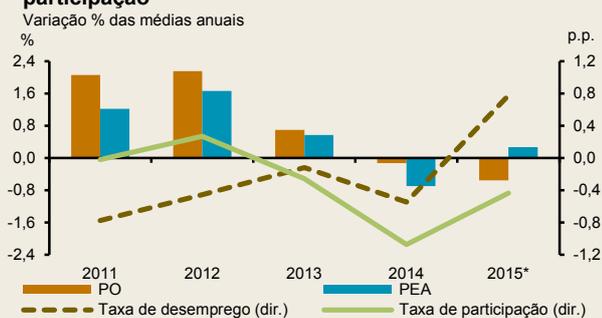
Referências

DIEBOLD, F. X.; MARIANO, R. S. (1995). Comparing Predictive Accuracy. *Journal of Business & Economic Statistics*, 13, 253-263.

BERRY, S.; DAVEY, M. (2014). How should we think about consumer confidence? Bank of England.

Efeito da demografia sobre a taxa de participação

Gráfico 1 – PO, PEA, taxa de desemprego e taxa de participação^{1/}



A taxa de desemprego, após apresentar trajetória decrescente do final de 2012 ao final de 2014 (Gráfico 1), evolução decorrente de variações mais elevadas na população ocupada (PO) do que na população economicamente ativa (PEA), aumentou no decorrer de 2015. Ressalte-se que essa reversão repercute, em grande parte, a trajetória da taxa de participação (TP)¹ – razão entre a PEA e população em idade ativa (PIA) – que registrou tendência declinante entre os finais de 2012 e de 2014, e recuperação no decorrer de 2015².

Nesse cenário, o objetivo deste box é identificar de que maneira a variação da TP é determinada por alterações nas taxas de participação de cada faixa etária (TPF) e na composição da PIA.

A composição da PIA alterou-se entre dezembro de 2012 e dezembro de 2014, com destaque para o recuo de 3,3 p.p. na parcela de indivíduos entre 10 e 39 anos e o aumento de 2,9 p.p. na relativa a indivíduos com 60 anos ou mais. Como o primeiro grupo caracteriza-se por apresentar TPF mais elevada, esta alteração na composição da PIA tende a reduzir a TP.

Tabela 1 – Variação na composição da PIA

	(%)					
	10-39	10-17	18-24	25-39	Total	40-49
Parcela da PIA em dez/2012 (%)	13,4	12,2	27,0	52,5	30,5	17,0
Parcela da PIA em dez/2014 (%)	12,0	11,3	25,9	49,2	30,9	19,9
Variação da parcela da PIA (p.p.)	-1,4	-0,9	-1,0	-3,3	0,3	2,9
Taxa de participação média ^{1/} (%)	7,5	67,4	82,8	60,5	72,0	21,0

Fonte: PME/IBGE.

1/ Média aritmética dos valores em dez/12 e dez/14.

1/ Aspectos relacionados à TP foram discutidos no box “Evolução da Participação dos Estudantes no Mercado de Trabalho”, divulgado no Boletim Regional de junho de 2014.

2/ O recuo observado na TP até o final de 2014 é atribuído, em parte, aos impactos, sobre o ingresso de jovens na PEA, do aumento da renda familiar - decorrente das condições favoráveis no mercado de trabalho na última década - e do incentivo ao acesso a ensino técnico e superior por meio de programas governamentais. Essa argumentação é sustentada pelo crescimento médio de 3,3% a.a. no rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal e pelo aumento expressivo do número de matrículas no ensino superior registrados na década encerrada em dezembro de 2014.

Para quantificar as contribuições de alterações nas TPF e na composição da PIA para a variação da TP, foi realizado o exercício a seguir. Dividindo-se a população em n faixas etárias, tais que $PO = \sum_{i=1}^n PO_i$, $PEA = \sum_{i=1}^n PEA_i$ e $PIA = \sum_{i=1}^n PIA_i$, a TP pode ser escrita como o somatório do produto das TPF por sua participação na PIA³:

$$TP = \sum_{i=1}^n TP_i \frac{PIA_i}{PIA}$$

Desta forma, a variação infinitesimal da taxa de participação pode ser decomposta como segue:

$$dTP = \sum_{i=1}^n \frac{PIA_i}{PIA} dTP_i + \sum_{i=1}^n TP_i d\left(\frac{PIA_i}{PIA}\right)$$

Como os dados da PME são disponibilizados em frequência mensal, a variação da taxa de participação entre dois meses é aproximadamente⁴:

$$\Delta TP = \sum_{i=1}^n \frac{PIA_{i,t}}{PIA_t} \Delta TP_i + \sum_{i=1}^n TP_{i,t} \Delta\left(\frac{PIA_i}{PIA}\right)$$

O primeiro termo quantifica a parcela da variação da TP explicada por variações nas TPF (efeito TPF), e o segundo permite que se mensure a parcela da variação da TP associada a alteração na composição da PIA (efeito PIA).

A utilização da equação acima permite identificar, portanto, que da retração de 2,1 p.p. observada na TP de dezembro de 2012 a dezembro de 2014, 1,4 p.p. decorreu do efeito TPF e 0,7 p.p., do efeito PIA (Tabela 2).

As categorias de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos, que representavam, em conjunto, 39,1% da PIA em dezembro de 2012, exerceram os impactos mais acentuados para o recuo da TP no período. A contribuição da primeira faixa atingiu -1,1 p.p., repercutindo efeitos PIA e TPF de -0,6 p.p. e -0,5 p.p., respectivamente. A contribuição de -1,0 p.p. registrada na faixa de 25 a 39 anos refletiu, em especial o efeito PIA (-0,9 p.p.).

3/ $TP = \frac{PEA}{PIA} = \frac{\sum_{i=1}^n PEA_i}{\sum_{i=1}^n PIA_i} = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{PEA_i}{PIA_i} PIA_i}{\sum_{i=1}^n PIA_i} = \sum_{i=1}^n TP_i \frac{PIA_i}{PIA}$

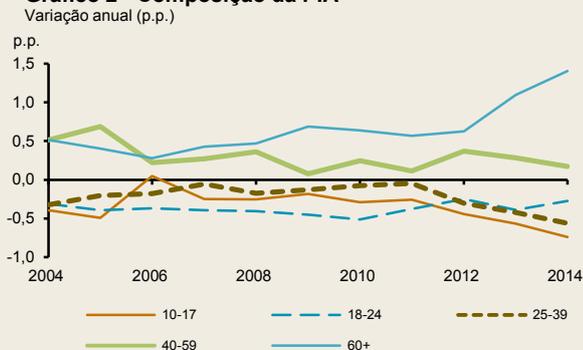
4/ $\Delta X = X_{t+1} - X_t$, para qualquer variável X.

Tabela 2 – Decomposição da variação da taxa de participação (dez/2012 a dez/2014)

	(%)											
	10-17			18-24			25-39			40-49	60+	Total
	Estuda	Não estuda	Total	Estuda	Não estuda	Total	Estuda	Não estuda	Total			
Valores em dezembro de 2012 (%)												
Fração da PIA	12,4	1,0	13,4	4,0	8,2	12,2	2,0	25,0	27,0	30,5	17,0	100,0
Fração da PIA no grupo	92,8	7,2	100,0	32,9	67,1	100,0	7,2	92,8	100,0	100,0	100,0	100,0
TP	6,5	34,8	8,5	54,8	76,9	69,6	80,3	83,3	83,1	72,0	22,2	57,8
Valores em dezembro de 2014 (%)												
Fração da PIA	11,2	0,8	12,0	3,9	7,4	11,3	2,0	24,0	25,9	30,9	19,9	100,0
Fração da PIA no grupo	93,3	6,7	100,0	34,3	65,7	100,0	7,5	92,5	100,0	100,0	100,0	100,0
TP	4,9	28,8	6,5	49,0	73,6	65,2	77,9	82,8	82,5	72,0	19,7	55,7
Variação (p.p.)												
Fração da PIA	-1,2	-0,2	-1,4	-0,1	-0,7	-0,9	0,0	-1,0	-1,0	0,3	2,9	0,0
Fração da PIA no grupo	0,5	-0,5	0,0	1,4	-1,4	0,0	0,3	-0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
TP	-1,6	-6,0	-2,0	-5,8	-3,3	-4,5	-2,5	-0,5	-0,7	0,1	-2,5	-2,1
Decomposição da variação da taxa de participação (p.p.)												
Efeito variação da fração da PIA	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,5	-0,6	0,0	-0,9	-0,9	0,2	0,6	-0,7
Efeito variação da TP	-0,2	0,0	-0,3	-0,2	-0,3	-0,5	0,0	-0,1	-0,2	0,0	-0,5	-1,4
Efeito total	-0,3	-0,1	-0,4	-0,3	-0,8	-1,1	-0,1	-1,0	-1,0	0,3	0,2	-2,1

Fonte: PME/IBGE

Gráfico 2 - Composição da PIA



A categoria de 10 a 17 anos foi responsável por recuo de 0,4 p.p. na TP, com destaque para a contribuição de -0,3 p.p. do efeito TPF. Interessante observar que a contribuição da categoria de 60 anos ou mais foi positiva (0,2 p.p.), apesar do recuo, de 22,2% para 19,7% (contribuição de -0,5 p.p.), na respectiva TPF, resultado do aumento da participação deste grupo na PIA, de 17% para 19,9%, no período. De fato, a evolução da composição da PIA (Gráfico 2) evidencia que a participação da categoria de indivíduos com 60 anos ou mais no total cresceu acentuadamente a partir do final de 2012.

A TP aumentou de 55,7%, em dezembro de 2014, para 56,1%, em julho de 2015, evolução associada, em especial, ao comportamento da categoria de indivíduos de 60 anos ou mais (Tabela 3). A participação da categoria na PIA cresceu de 19,9% para 20,5%, no período, e a respectiva TPF aumentou 1,5 p.p., para 21,2%, determinando efeitos PIA e TPF de 0,1 p.p. e 0,3 p.p., respectivamente.

Tabela 3 – Decomposição da variação da taxa de participação (dez/2014 a jul/2015)

	10-17	18-24	25-39	40-49	60+	Total	(%)
Valores em dezembro de 2014 (%)							
Fração da PIA	12,0	11,3	25,9	30,9	19,9	100,0	
TP	6,5	65,2	82,5	72,0	19,7	55,7	
Valores em julho de 2015 (%)							
Fração da PIA	11,5	11,1	25,6	31,2	20,5	100,0	
TP	7,9	65,7	82,2	71,8	21,2	56,1	
Variação (p.p.)							
Fração da PIA	-0,4	-0,2	-0,3	0,4	0,6	0,0	
TP	1,4	0,5	-0,2	-0,2	1,5	0,4	
Decomposição da variação da taxa de participação (p.p.)							
Efeito variação da fração da PIA	0,0	-0,1	-0,3	0,3	0,1	0,0	
Efeito variação da TP	0,2	0,1	-0,1	-0,1	0,3	0,4	
Efeito total	0,1	-0,1	-0,3	0,2	0,4	0,4	

Fonte: PME/IBGE

Em linhas gerais, o boxe evidenciou que um terço da retração de 2,1 p.p. registrada pela TP do final de 2012 ao final de 2014 esteve associado ao efeito composição da PIA, com recuos nas participações de categorias com TPF mais elevadas. Em 2015, o efeito composição foi nulo, e o aumento da TP refletiu, especialmente, a TPF da categoria de indivíduos de 60 anos ou mais, o que contribuiu para a aceleração do ritmo de crescimento da taxa de desemprego.

Projeção para o PIB dos próximos 4 trimestres e revisão de 2015

Este boxe atualiza as projeções do Banco Central para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e nos quatro trimestres encerrados em junho de 2016, considerando sua evolução no primeiro semestre do ano e indicadores recentes sobre a atividade econômica.

Revisão da projeção para 2015

A projeção para o crescimento do PIB em 2015, incorporando os resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o segundo trimestre do ano e estatísticas disponíveis para o trimestre em curso, foi revisada de -1,1%, no Relatório anterior, para -2,7%.

A produção agropecuária deverá crescer 2,6%, ante estimativa anterior de 1,9%, repercutindo revisão do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE, referente ao mês de agosto. A projeção para o desempenho da indústria recuou de -3% para -5,6%, reflexo de reduções nas estimativas para a indústria de transformação, de -6% para -8,2%; e para a construção civil, de -3,3% para -7,8%, consistente com a redução do emprego no setor, os impactos de eventos não econômicos e a retração na produção de insumos típicos da construção.

A produção do setor de serviços deverá recuar 1,6% (-0,8% na estimativa anterior), ressaltando-se as revisões nas atividades comércio, -3,8 p.p., e transporte, armazenagem e correio, -2,2 p.p. No âmbito dos componentes domésticos da demanda agregada, ressalte-se a redução, de -0,5% para -2,4%, na projeção para o Consumo das Famílias, em ambiente de piora no mercado de trabalho e manutenção da confiança do consumidor em patamares reduzidos. Destaque-se, adicionalmente, a redução na estimativa para a variação da Formação Bruta de Capital Fixo, de -7% para -12,3%, revisão compatível com a perda de dinamismo da construção civil e da produção de bens de capital.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto
Acumulado em 4 trimestres

Discriminação	Variação %		
	2015		2016
	II Trí	IV Trí ^{1/}	II Trí ^{1/}
Agropecuária	1,6	2,6	1,9
Indústria	-2,9	-5,6	-5,0
Extrativa mineral	10,4	6,1	2,3
Transformação	-6,1	-8,2	-6,1
Construção civil	-4,7	-7,8	-8,4
Produção e dist. de eletricidade, gás e água	-7,4	-6,8	-2,8
Serviços	-0,5	-1,6	-1,2
Comércio	-4,6	-6,7	-5,0
Transporte, armazenagem e correio	-1,8	-5,0	-3,4
Serviços de informação	2,6	1,2	0,8
Interm. financeira e serviços relacionados	-0,1	-1,1	-1,4
Outros serviços	-0,2	-1,8	-1,1
Atividades imobiliárias e aluguel	3,0	2,5	2,0
Administração, saúde e educação públicas	-0,1	-0,4	-0,1
Valor adicionado a preços básicos	-1,0	-2,3	-1,9
Impostos sobre produtos	-2,8	-4,9	-4,1
PIB a preços de mercado	-1,2	-2,7	-2,2
Consumo das famílias	-0,6	-2,4	-1,8
Consumo do governo	-0,3	-1,4	-0,7
Formação Bruta de Capital Fixo	-7,9	-12,3	-12,1
Exportação	1,0	8,0	7,0
Importação	-4,7	-10,7	-9,3

Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

Em relação ao componente externo da demanda agregada, a variação anual das exportações foi revista em 2,5 p.p., para 8%, e a das importações, em -4,7 p.p., para -10,7%, evolução consistente com o cenário de desaceleração do consumo e depreciação cambial.

A contribuição da demanda interna para a expansão do PIB em 2015 é estimada em -5,1 p.p. e a do setor externo, em 2,4 p.p.

Projeção para os próximos quatro trimestres

O crescimento para o PIB acumulado no período de quatro trimestres encerrado em junho de 2016 é estimado em -2,2%, patamar 1 p.p. inferior ao observado, no mesmo tipo de comparação, no segundo trimestre deste ano (Tabela 1).

A produção agropecuária deverá aumentar 1,9%, ante 1,6% no período de quatro trimestres finalizado em junho de 2015.

A produção da indústria deverá recuar 5% (-2,9% no intervalo de quatro trimestres terminado em junho de 2015), reflexo de reduções de 6,1% na indústria de transformação e de 8,4% na construção civil. Esse cenário é compatível com a trajetória recente da demanda interna, impactada pelo patamar reduzido dos indicadores de confiança e pela piora nas condições do mercado de crédito. A produção da indústria extrativa mineral deverá aumentar 2,3%, ante 10,4% no período de quatro trimestres finalizado em junho de 2015, resultado influenciado pela expectativa de desaceleração, neste horizonte, nas produções de petróleo e de minério de ferro.

O setor terciário deverá recuar 1,2% no período de quatro trimestres encerrado em junho de 2016 (-0,5%, no mesmo tipo de comparação, no segundo trimestre de 2015), destacando-se as projeções de retrações para as atividades comércio (5%) e transporte (3,4%).

No âmbito dos componentes domésticos da demanda agregada, projetam-se recuos de 1,8% para o consumo das famílias (-0,6% no intervalo de quatro trimestres finalizado em junho de 2015); de 0,7% para o consumo do governo, consistente com o ajuste fiscal em curso; e de 12,1% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), consistente com o desempenho da indústria de

transformação e da construção civil. As exportações e as importações de bens e serviços devem variar 7% e -9,3%, respectivamente, no período. As contribuições das demandas interna e externa estão estimadas, na ordem, em -4,4 p.p. e 2,2 p.p.